

Pensar o após: Ciências, poder e opiniões no pós-covid-19¹

Bernadette Bensaude-Vincent²

Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne

<https://orcid.org/0000-0002-7216-2354>

TRADUÇÃO

Juliana Domingues de Campos

Universidade Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0002-6350-5677>

As pesquisadoras e os pesquisadores que contribuem a cada dia ao alimentar nossa mídia compartilhando seus conhecimentos e suas análises esclarecidas desempenham um papel de primeiro plano durante este período tão particular. Em sua companhia, começamos a pensar a vida pós-crise, a nos instrumentalizar para interrogar as causas e os efeitos da pandemia, e nos preparamos para inventar, juntos, o mundo após.

¹ Publicado originalmente no jornal *The Conversation* (France). Texto original disponível em: <https://theconversation.com/penser-lapres-sciences-pouvoir-et-opinions-dans-lapres-covid-19-137272> (Acesso em: 09/05/2021). Tradução autorizada pela autora. [N. T.].

² Professora emérita da Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, filósofa das ciências e tecnociências. Membro da Academia de tecnologias e de diversos comitês de ética, ela também é co-redatora da chamada por um “*Grenelle du Covid-19*”, publicado pelo *Le Monde* em 31 de março de 2020. [Texto informado pela autora. Disponível em: <https://theconversation.com/profiles/bernadette-bensaude-vincent-1034332> (Acesso em: 11/06/2021)] [N. T.]

Desde o início da pandemia, ouve-se falar nas mídias de SARS-CoV-2, de R_0 , de testes PCR, de testes sorológicos, de hidroxicloroquina... O coronavírus põe a ciência na primeira página dos jornais e reduziu as notícias esportivas e culturais a zero, ou quase.

A comunicação científica atinge seu máximo porque o vírus subitamente reaproximou o governo das comunidades científicas. Em 11 de março de 2020, o governo cria um Conselho científico de sete membros presidido pelo professor Delfraissy para esclarecer a decisão pública na gestão da situação sanitária ligada ao coronavírus. Duas semanas após, ele põe em prática um Comitê de Análise, Pesquisa e Expertise (CAPE)³ de doze pesquisadores e médicos, presidido pela ganhadora do prêmio Nobel e virologista Françoise Barré-Sinoussi⁴, para aconselhar o executivo sobre a gestão da epidemia e os ensaios clínicos em curso.

O recurso massivo aos experts em tempos de crise não é uma novidade. Há décadas se pretende fundamentar a política sobre provas científicas. Comitês de experts, como o GIEC (Grupo de Experts Intergovernamental sobre a Evolução do Clima⁵) ou a Plataforma Intergovernamental Científica e Política sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos (IPBES⁶) por exemplo, são encarregados de esclarecer as políticas em face à crise ecológica.

Se a gestão da crise sanitária se inscreve no regime normal das sociedades modernas, ela surpreende, no entanto, pois levou a reativar um modelo arcaico, o confinamento generalizado da população, que revela os limites da política à base de ciência. E como uma crise é um momento crítico – de bifurcação possível – é possível agarrar essa oportunidade para transformar as relações entre ciência e poder. Mudar as regras de um jogo que não deixa qualquer iniciativa à sociedade civil.

³ *Comité d'analyse recherche expertise* (CARE). Disponível em: <https://recherchecovid.enseignementsup-recherche.gouv.fr/le-comite-analyse-recherche-et-expertise-care-covid-19-48157> (Acesso em 11/06/2021).

⁴ https://fr.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7oise_Barr%C3%A9-Sinoussi (Acesso em 11/06/2021).

⁵ <https://www.ipcc.ch/languages-2/francais/> (Acesso em 11/06/2021).

⁶ <https://fr.unesco.org/links/biodiversity/ipbes> (Acesso em 11/06/2021).

MODELOS DE BIOPOLÍTICA

Assim como escrevia Michel Foucault⁷:

Desde o fim da Idade Média, existia, não somente na França, mas em todos os países europeus, isso que se chamaria hoje um “plano de urgência”. Ele devia ser aplicado quando a peste ou uma doença epidêmica grave aparecesse em uma cidade. Esse plano de urgência compreendia as medidas seguintes:

1. Todas as pessoas deviam ficar em suas casas para serem localizadas em um lugar único. Cada família no seu lar e, se possível, cada pessoa em seu próprio quarto. Ninguém devia se deslocar.
2. A cidade devia ser dividida em bairros colocados sob a responsabilidade de uma pessoa especialmente designada. [...] Tratava-se assim de um sistema de vigilância generalizado que compartimentava e controlava a cidade.
3. Esses vigilantes de rua ou de bairro deviam apresentar todos os dias ao prefeito da cidade uma relação detalhada sobre tudo aquilo que eles haviam observado. Utilizava-se assim não somente um sistema de vigilância generalizado, mas também um sistema de informação centralizado.
4. Os inspetores deviam passar a cada dia em revista todas as habitações da cidade. [...]
5. Procedia-se à desinfecção, casa por casa, com a ajuda de perfumes e incensos.

Essas medidas, que permitiram enfrentar as epidemias de peste, assemelham-se fortemente às medidas implementadas em 2020 na maioria dos países do mundo. A gestão da crise sanitária convoca a noção de biopolítica⁸ introduzida por Michel Foucault, para mostrar como a vida se tornou uma aposta política, através de uma análise fina de relações entre saber e poder.

Michel Foucault sublinha o contraste entre esse modelo arcaico da quarentena, em que um poder soberano autoritário rege desde um estado central a vida das populações, e os dispositivos estratégicos de controle difuso da vida

⁷ FOUCAULT, Michel. *La naissance de la médecine sociale*. Dits Ecrits III. Paris : Editions Gallimard, 1994.

⁸ <https://fr.wikipedia.org/wiki/Biopolitique> (Acesso em: 11/06/2021).

postos em prática desde “a decolagem medicinal e sanitária do Ocidente”⁹ graças à medicina científica. Ora, a maioria desses dispositivos baseados na ciência – medidas estatísticas de taxas de mortalidade e de morbidade, higiene, vacinações, controle de fluxos migratórios – encontram-se, na gestão atual da crise, lado a lado com as medidas arcaicas que se acreditava há muito tempo ultrapassadas.

A única diferença é que as medidas de quarentena visam hoje, sobretudo, a salvar o sistema hospitalar. A medicina científica, que se desenvolveu e evoluiu em vínculo com o poder, permite-nos acreditar – a nós habitantes de países do Norte – que nós vencemos as doenças infecciosas. Eis que a emergência de um vírus nos pega desprevenidos¹⁰ e nos expõe a importância de terríveis imagens do passado¹¹ com catástrofes, populações dizimadas, impérios desfeitos¹².

Isso lança uma dúvida sobre as relações estabelecidas entre ciência e poder nas sociedades modernas?

PERTURBAÇÕES SOBRE O REINADO DE EXPERTS

É bastante perturbador que um modesto vírus tenha chegado em algumas semanas a parar toda a máquina econômica, industrial e comercial à escala mundial. Obter em alguns dias a redução de emissões de gás do efeito estufa, que os experts do GIEC recomendam há dezenas de anos, sem chegar a acionar as decisões políticas necessárias, é uma proeza!

Um vírus constituído de alguns fios de RNA desafia a potência dos maiores cérebros reunidos para tentar enfrentar as crises que se sucedem: eis aí uma bela lição de humildade, que nos reconduz à nossa condição terrestre de seres vivos partilhando o planeta com uma série de outros habitantes, em vez de “mestres e possuidores da natureza”. Estamos longe de programas de biotecnologia que

⁹ FOUCAULT, Michel. *La naissance de la médecine sociale*. Dits Ecrits III. Paris : Editions Gallimard, 1994.

¹⁰ HONIGSBAUM, Mark. *The Pandemic Century: One Hundred Years of Panic, Hysteria and Hubris*. London: C Hurst & Co Publishers Ltd, 2019.

¹¹ OZANAM, Jean-Antoine-François. *Histoire médicale générale et particulière des maladies épidémiques, contagieuses (Éd. 1835)*. Tome 4. Hachette BNF, 2016.

¹² <https://lejournel.cnrs.fr/print/2502> (Acesso em 11/06/2021).

prometiam “modelar o mundo átomo por átomo”¹³, fabricar micro-organismos máquinas¹⁴, escravos dóceis que resolveriam todos os problemas e fariam “homens aumentados”¹⁵.

Esse vírus lança uma dúvida sobre a política científica das últimas décadas. Desde a Segunda Guerra Mundial a pesquisa científica é pilotada pela política. Grosso modo, a ciência foi de início¹⁶ generosamente financiada pelo serviço de poderio militar na época da Guerra Fria, depois ela foi posta ao serviço¹⁷ da competição econômica em um curso desenfreado para inovações tecnológicas. Esse regime de pesquisa “tecnocientífica” é uma fonte da desconfiança do público com relação à palavra dos experts, alimentando o ceticismo climático e as campanhas contra a vacinação.

A palavra científica se encontra em perda de autoridade. Com efeito, a autoridade do expert repousa sobre uma visão ideal do funcionamento da ciência, que desconhece as condições concretas da pesquisa. Se o conhecimento científico transcende as fronteiras e os jogos de poder, ele procede, no entanto, de pesquisas que não são independentes em vista aos interesses locais, políticos, econômicos, religiosos... É claro de agora em diante, aos olhos de todos, que os pesquisadores defendem também seus interesses e seus valores, sejam eles a verdade, a utilidade, o avanço de conhecimentos ou sua carreira. Esses interesses são por vezes dificilmente compatíveis com o *dever de ceticismo organizado* que resta como um dos grandes princípios do *ethos* científico. Várias controvérsias sobre os danos do tabagismo, bem como sobre a origem antrópica das desordens climáticas,

¹³ BENSUADE-VINCENT, Bernadette. *Les Vertiges de la Technoscience : Façonner le Monde Atome par Atome*. Sciences et Sociétés. Editions La Découverte, 2009.

¹⁴ DREXLER, K. Eric. *Engins de création*. Paris : Vuibert, 2005.

¹⁵ CHURCH, George. REGIS, Edward. *Regenesis: How Synthetic Biology Will Reinvent Nature and Ourselves*. New York: Basic Books, 2014.

¹⁶ GIBBONS, Michael; LIMOGES, Camille; NOWOTNY, Helga; SCHWARTZMAN, Simon; SCOTT, Peter; TROW, Martin. *The New Production of Knowledge: The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*. SAGE Publications Ltd, 2010.

¹⁷ PESTRE, Dominique. *Science, Argent et Politique*. Éditions Quæ, 2003.

revelaram ao grande público as manobras¹⁸ que podem enviesar os resultados científicos.

Daí uma dúvida justificada que obriga os cientistas a reforçar suas regras éticas com declarações de interesse, transparência sobre as fontes do financiamento etc.

O PÚBLICO SEM TUTELA

Mais fundamentalmente, o apelo à expertise científica e médica partilha um ponto comum com o modelo arcaico de gestão de epidemias: é que o público é reduzido ao silêncio, intimado a obedecer às injunções do poder ou então de experts, por seu bem, por sua segurança. Essa atitude infantilizante recorda aquela que prevaleceu no século XX quando filósofos e sábios não viam senão um fosso entre sábios e ignorantes, um fosso crescente à medida do progresso da ciência, condenando “o profano” a viver sem tutela.

Certamente a partilha antiga entre ciência e opinião (*doxa*) funda uma hierarquia na ordem do conhecimento: a opinião é um saber inferior que não pode intitular-se verdade. Mas entre os antigos, isso não implica uma hierarquia política. É antes uma *divisão do trabalho* que devia se estabelecer na cidade: a uns o cuidado da verdade, a outros aquele dos negócios. Os antigos, na sua grande sabedoria, reconheciam a *doxa* como uma forma de conhecimento, terra-a-terra, pragmático. Longe de atribuir ao filósofo o cuidado de aconselhar o príncipe, Aristóteles concedia à opinião um valor prático, ao ponto de fazê-la uma virtude própria aos cidadãos. Assim, a opinião é reconhecida como um saber legítimo na esfera da ação e não como uma falha de saber que obrigaria os cidadãos a viver sem tutela de experts.

¹⁸ SCHIEBINGER, Londa. PROCTOR, Robert N. *Agnology: The Making and Unmaking of Ignorance*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

Aliás, a opinião não se deixa reduzir ao silêncio, nem à passividade. Durante a epidemia de AIDS, as associações de doentes chegaram a influenciar os programas de pesquisa e sua voz é a partir de então ouvida pelo Inserm¹⁹. Após o acidente nuclear de Chernobyl, os cidadãos instauraram a CRIIRAD²⁰, uma instância de contra-expertise às medidas oficiais. De uma maneira geral, o movimento da ciência cidadã reabilitou a figura da opinião pública esclarecida como garantia de liberdade inventada no século das Luzes. A ideia de criar fóruns de discussão, lançada pelo filósofo Jürgen Habermas²¹, é concretizada sob diversas formas: conferências de consensos, cafés de ciências, *focus groups* etc. As “tecnociências”²² dão espaço à sociedade civil para intervir, tanto mais que elas têm um impacto direto sobre a vida cotidiana dos cidadãos. Elas relegam pouco a pouco no passado a visão do público ignorante, irracional e manipulável, tanto que as práticas de expertise plural e não limitada aos saberes acadêmicos começam a se difundir.

CONVOCAR OS SABERES DE OPINIÃO EM REGIME DE INCERTEZA

Perseguir esse movimento de reabilitação da opinião como um saber nutrido pela experiência do terreno – saber alternativo ao saber universal da ciência – torna-se uma necessidade imperiosa no regime de incerteza em que nos coloca a crise sanitária. Os experts, intimados a “dizer o verdadeiro ao poder”, segundo a função que lhes é tradicionalmente atribuída, encontram-se fortemente desprovidos, pois eles não sabem quase nada sobre o covid-19. Se é verdadeiro que os métodos de sequenciamento permitiram a identificação muito rápida do vírus, seu comportamento, as vias de transmissão, o período de contágio, a duração da

¹⁹ <https://www.inserm.fr/espace-associations-malades> (Acesso em: 11/06/2021).

²⁰ <https://www.criirad.org/> (Acesso em: 11/06/2021)

²¹ HABERMAS, Jürgen. *La Technique et la science comme « idéologie*. Trad. de l'allemand et préfacé par Jean-René Ladmiral. Paris : Gallimard, 1990.

²² <https://www.youtube.com/watch?v=BfkJuAmTvEw> (Acesso em: 11/06/2021).

imunidade são tanto mais enigmas que será preciso resolver. Transmitindo-se inexoravelmente da China à Europa e ao Oriente Médio depois à América e logo à África, o coronavírus cria não somente uma crise mundial, ele transforma o mundo em um vasto laboratório. Todos os países buscam compreender como ele funciona, como ele se transmite, como se pode inibi-lo, controlá-lo, imunizar-se, prevenir a infecção ou se preparar para outros vírus emergentes.

A incerteza redobra com o fato de a crise climática que, também ela, fez do planeta um laboratório de experiência. Para as pesquisas sobre o coronavírus, cada país, cada região oferece uma coorte de casos como parâmetros variáveis (medidas de confinamento, testes precoces) que podem permitir comparações com grupos de controle. Nesse processo mundial de aprendizagem do controle de vírus, todos os humanos, infectados ou não, tratados ou não, vivos ou mortos, tornam-se de fato objetos de experiência, de testes ou de ensaios clínicos, de dados estatísticos. A pesquisa do saber confunde-se com o governo de populações para a biopolítica e mobilizará sem dúvidas o rastreo de indivíduos por seu celular²³.

Portanto, a incerteza não significa forçosamente a parada de morte da democracia. Ao contrário, pode-se inventar soluções confrontando os saberes de experts e os saberes práticos da opinião. Para viver e agir e um mundo incerto²⁴, fóruns híbridos favorecendo o diálogo entre experts e atores de campo permitem co-construir conhecimentos e propor medidas eficazes e legítimas. Tais fóruns não favorecem fortemente o *high-tech* e conduzem bem muitas vezes a soluções *low-tech* pouco custosas e ajustáveis.

Reabilitar os saberes de campo não científico como fontes de invenção e de soluções não é difundir a anticiência ou a tecnofobia. Olhar para o passado para dele tirar ideias no lugar de devotar um culto à inovação não é querer se esclarecer à luz de velas, mas construir o porvir passo a passo, ao fio de um diálogo entre ciência e sociedade.

²³ <https://theconversation.com/face-a-la-pandemie-a-quoi-sert-le-numerique-136980> (Acesso em: 11/06/2021).

²⁴ BARTHE, Yannick ; CALLON, Michel ; LASCOUMES, Pierre. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris : Le Seuil, 2001.

* * *

Recebido 11/06/2021

Aprovado 22/12/2021

Licença CC BY-NC 4.0

